O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 66 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.15751222

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

IMPACTO DE FATORES EXÓGENOS NO RECONHECIMENTO DA PERDA E NA FREQUÊNCIA DO TESTE DE IMPAIRMENT EM EMPRESAS BRASILEIRAS

Daniella Novak[1]

Josiane de Oliveira Schlotefeldt[2]

Pablo Eduardo Nikolais Teixeira Bonifácio da Silva[3]

Luciano Márcio Scherer[4]

Resumo

O objetivo do artigo é analisar como fatores exógenos influenciam na decisão pelo Teste de Impairment (frequência) e como influenciam no valor a ser reconhecido como perda por redução ao valor recuperável (intensidade). Adotou-se o método teórico-dedutivo, partindo da literatura do teste de impairment, sua frequência (273 empresas) e intensidade (106 empresas) para analisar a relação existente com variáveis externas: mudança de norma contábil, empresa de auditoria, relação entre o valor contábil e de mercado do PL, setor, variação do PIB e da taxa de juros. A obtenção dos dados foi realizada por meio de dados secundários com utilização da base de dados Thomson Reuters e das demonstrações financeiras das empresas. Foram utilizados o modelo logístico e modelo linear de regressão para dados em painel. Os resultados demonstraram que em períodos de crise, quando a empresa de auditoria é big four e nos anos em que há mudanças nas normas contábeis relacionadas ao impairment, a chance de a empresa realizar o teste aumenta. No entanto, os fatores exógenos não se apresentaram significativos na estimação da intensidade de reconhecimento da perda por impairment. Conclui-se que os fatores externos estudados aumentam a chance de prever se haverá o teste de impairment mas não o quanto será reconhecido na contabilidade. Por exemplo, a variação do PIB pode indicar a necessidade de testar se o valor contábil está acima do valor possível de recuperação, porém, ao mensurar o valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa a empresa fica dependente de muitos outros fatores internos que impactarão no reconhecimento da perda. Isso explica o fato de que duas empresas do mesmo setor podem ter perdas diferentes e isso não é devido aos fatores externos, mas aos internos relacionados às escolhas e estratégia de cada uma.

Palavras-chave: Fatores Exógenos; Frequência; Intensidade; Teste de Impairment.

Abstract

The objective of this article is to analyze how exogenous factors influence the decision to perform an impairment test (frequency) and how they influence the amount to be recognized as a loss due to reduction in recoverable value (intensity). The theoretical-deductive method was adopted, based on the literature on impairment testing, its frequency (273 companies) and intensity (106 companies) to analyze the relationship with external variables: change in accounting standards, auditing firm, relationship between the accounting and market value of equity, sector, variation in GDP and interest rate. Data were obtained through secondary data using the Thomson Reuters database and the companies' financial statements. The logistic model and linear regression model for panel data were used. The results showed that in periods of crisis, when the auditing firm is a big four and in years when there are changes in accounting standards related to impairment, the chance of the company performing the test increases. However, the exogenous factors were not significant in estimating the intensity of recognition of impairment losses. It is concluded that the external factors studied increase the chance of predicting whether there will be an impairment test, but not how much will be recognized in accounting. For example, the variation in GDP may indicate the need to test whether the accounting value is above the possible recovery value, however, when measuring the recoverable value of an asset or cash-generating unit, the company is dependent on many other internal factors that will impact the recognition of the loss. This explains the fact that two companies in the same sector may have different losses and this is not due to external factors, but to internal factors related to the choices and strategy of each one.

Keywords: Exogenous Factors; Frequency; Intensity; Impairment Test.

[1] Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: daniella@contabilidadenovak.com.br

[2] Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: josiane.schlotefeldt@ufpr.br

[3] Doutorando em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: nikolais@outlook.com.br

[4] Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Contabilidade. E-mail: lmscherer@ufpr.br

INTRODUÇÃO

O patrimônio de uma empresa é formado pelo conjunto de bens, direitos e obrigações. Para fins contábeis, os bens e direitos são os ativos, e as obrigações são os passivos (capital de terceiros) e patrimônio líquido (capital próprio). De um modo geral, são os ativos que demonstram a capacidade operacional e financeira de uma empresa e por isso são tão importantes.

Conceitualmente, ativo é um recurso econômico controlado pela entidade e que tem potencial de produzir benefícios econômicos futuros. Caso um ativo esteja registrado no balanço patrimonial por um valor contábil maior do que seja possível gerar de benefícios econômicos, ele acaba não atendendo ao principal objetivo da contabilidade que é: fornecer informações úteis para a tomada de decisão das partes interessadas.

Nesse sentido, caso haja indício que um ativo pode estar desvalorizado, as empresas fazem o teste de *impairment* ou também conhecido como teste de recuperabilidade de ativos de longo prazo. O teste de *impairment* é um cálculo que considera se o valor contábil líquido de depreciações e ajustes de perdas é maior ou menor do que poderia ser recuperado vendendo ou utilizando o bem.

Caso o ativo esteja reconhecido por um montante menor do que é possível recuperá-lo utilizando-o nas atividades da empresa ou vendendo-o, nada é feito. Por outro lado, caso o ativo esteja reconhecido por um montante maior do que é possível recuperá-lo, seja pelo uso ou pela venda, deve ser reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

Neste contexto, paira a reflexão sobre o que pode impactar no valor de um ativo que faça com que não seja mais possível produzir os benefícios econômicos que se esperava quando foi reconhecido e haver a necessidade de fazer o teste de *impairment*. O Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos até menciona que fontes externas de informação devem ser consideradas ao avaliar se há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, tais como: diminuição do valor do ativo maior do que se esperaria como resultado da passagem do tempo ou do uso normal; mudanças com efeito adverso na empresa provenientes do ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal; aumento de taxas de juros de mercado ou outras taxas; quando o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de mercado.

Outrossim, é relevante mencionar que nem sempre a realização do teste de *impairment* ocasiona o registro de uma perda. Após a realização do teste, somente se o valor recuperável de um ativo for menor que seu valor contábil é que uma perda por desvalorização há que ser reconhecida.

Apesar das fontes de informações trazidas pela norma, o normatizador afirma que estas não são exaustivas, e a entidade pode identificar outras fontes de informação para evidenciar que um ativo está

desvalorizado. Nesse sentido, a questão que norteia esta pesquisa é: qual a relação da frequência de teste e da intensidade do reconhecimento de perda por *impairment* com fatores exógenos em empresas de capital aberto do Brasil? Em consonância ao problema ora apresentado, o objetivo deste estudo versa em analisar a relação da frequência de teste e da intensidade do reconhecimento de perda por *impairment* com fatores exógenos em empresas de capital aberto. A população do estudo consiste em todas as companhias abertas listadas na B3 (Brasil, Bolsa Balcão). Os dados coletados referem-se ao período de 2011 a 2018, resultando em 273 companhias para a análise da frequência, e 106 para a análise da intensidade. A seleção deste espaço temporal deu-se devido a este período abarcar situações econômicas diversas e mudança de normas contábeis, alguns dos fatores exógenos objetos deste estudo. Os dados foram organizados em dados em painel desbalanceado.

Para atingir o objetivo e responder ao problema de pesquisa, a relação proposta fundamenta-se em um referencial conceitual que integra elementos de contabilidade, micro e macroeconomia, com ênfase na influência de fatores exógenos na frequência do teste de *impairment* e na intensidade do reconhecimento da perda. O estudo ancora-se, assim, em abordagens normativas e contingenciais que reconhecem o papel informacional do teste de recuperabilidade e do reconhecimento da perda proveniente do teste, ao mesmo tempo em que valorizam a influência do ambiente sobre as decisões contábeis das empresas.

Este estudo justifica-se, pois, a importância do aprofundamento acadêmico sobre o tema tem suscitado inúmeras mudanças nas Normas Internacionais de Contabilidade nas últimas décadas. Tanto quanto se sabe, este estudo é um dos únicos a estudar a relação da frequência e magnitude do reconhecimento de perda com fator econômico (períodos de recessão). No entanto, o presente estudo pretende adicionar conhecimento ao tema ao propor estudo empírico relacionando frequência do teste de *impairment* e magnitude do reconhecimento de perda com diversos fatores econômicos, indicados pelas normas como gatilhos de teste e reconhecimento.

Toda a preocupação acerca do tema diz respeito à importância das informações para as partes externas à empresa. Dessa forma, estudar o processo de decisão e os fatores que levam ao teste e ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável pode contribuir para o estudo da qualidade da informação contábil. As Normas Internacionais de Contabilidade, seja no *Conceptual Framework for Financial Reporting* do IASB (2018), ou na norma brasileira correspondente, o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2019), definem que o objetivo das demonstrações financeiras é “fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica”. Neste contexto, o

teste de *impairment* e o reconhecimento de possíveis perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, são importantes ferramentas para que a contabilidade cumpra seu papel. Além do mais, as demonstrações financeiras nada mais são do que o retrato da situação patrimonial e financeira das empresas, portanto analisar de que forma variáveis macroeconômicas impactam na contabilidade é relevante no sentido de capturar o cumprimento do objetivo desta ciência social.

Dessa forma, é evidente que o reconhecimento da perda por *impairment* deve ser bem pautado, a fim de refletir a real recuperabilidade do ativo. Portanto, estudar as características que influenciam a frequência com que se realiza o teste de *impairment*, bem como a intensidade do reconhecimento da perda pode auxiliar na verificação do bom uso ou não dessa prática contábil.

A fim de enriquecer o conteúdo teórico-empírico acerca do tema, o estudo propõe analisar de forma abrangente o *impairment* de outros ativos além do *goodwill* pois verificou-se que a maior parte dos estudos sobre o tema, avaliaram o teste e reconhecimento de *impairment* do *goodwill*. Ao buscar no Google Acadêmico os filtros: "*impairment* test" and "accounting", há o retorno de 996 resultados entre 2022 e 2025. Retirando a palavra "*goodwill*" da pesquisa, restam 347 resultados, conforme o filtro: "*impairment* test" and "accounting" -*goodwill*. Adicionando a palavra "*goodwill*" há o retorno de 649 resultados. Isso demonstra que a maior parte da pesquisa existente sobre *impairment*, trata do *impairment* do *goodwill*.

Nesse sentido, a pesquisa contribui para a profissão contábil, principalmente para os responsáveis de ativos de longo prazo que precisam fazer o teste de *impairment*, além de contribuir para as partes externas interessadas que tomam decisões a partir de informações contábeis. Em termos teóricos, a pesquisa contribui ao confirmar ou refutar a normatização relacionada ao teste de *impairment* e ao reconhecimento da perda. Para a literatura, o estudo contribui ao adicionar ao tema conjuntamente a frequência do teste e intensidade da perda, bem como, a análise do *impairment* em outros ativos, além do *goodwill*, já que os demais ativos de longo prazo também têm relevância para as empresas.

MENSURAÇÃO CONTÁBIL

Ao discorrer sobre sistema de mensuração, Chambers (1965, p. 60) afirma que este "(...) é o produto de um projeto deliberado sobre a propriedade a ser medida, a especificação da unidade a ser usada e as regras para atribuir números de unidades às coisas que possuem a propriedade mensurável." Assim, a contabilidade pode ser definida como um sistema de mensuração, uma vez que procura traduzir o patrimônio em termos monetários. As normas de contabilidade podem ser vistas como as regras que ditam de que forma os valores serão atribuídos aos objetos mensurados.

Na busca por um método de mensuração contábil ideal, Chambers (1965) trata da controvérsia entre custo e valor. Inicialmente o autor critica o método de mensuração pelo custo histórico, reforça que o preço pelo qual um item foi adquirido só diz sobre a operação de aquisição em si, não reflete o valor do ativo. Assim como não concorda com o método do custo de reposição por três motivos: representa uma alternativa à realidade, considera apenas uma alternativa das diversas existentes e alguns objetos não possuem mercado, tornando a precificação subjetiva.

Para Chambers (1965) não existe um padrão de valor invariável, dessa forma, é impossível que a medida seja padrão por qualquer período. Diante do objetivo da contabilidade em fornecer informação útil à tomada de decisão e do caráter volátil dos valores que a contabilidade se propõe a mensurar, surgiram ajustes, como a perda por redução ao valor recuperável, objeto desse estudo e que será discorrido na sequência.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos

A contabilidade tem como objetivo gerar informações úteis para a tomada de decisão. Ela estuda os métodos de mensuração de eventos econômicos, sendo capaz de transformar a essência da realidade em unidade monetária, proporcionando o entendimento por parte dos seus usuários e possibilitando a tomada de decisão com base em informações do patrimônio da empresa.

Um dos objetos de estudo mais importantes da contabilidade é o ativo. Segundo Iudícibus (2006, p. 129) "é tão importante o estudo do ativo que poderíamos dizer que é o capítulo fundamental da contabilidade, porque a sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas".

A discussão acerca do conceito de ativo vem evoluindo ao longo dos anos. Uma das tradicionais definições foi proposta por Paton em 1924: "ativo é qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para ela" (PATON, 1924 *apud* IUDÍCIBUS, 2006). Por conseguinte, em 1929, John Canning (*apud* HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999) apresentou uma definição muito moderna para os ativos: "Qualquer serviço futuro, em termos monetários, ou qualquer serviço futuro conversível em moeda (...) cujos direitos pertencem legal ou justamente a alguma pessoa ou a algum conjunto de pessoas. Tal serviço é um ativo somente para essa pessoa ou esse grupo de pessoas que usufrui".

A evolução para o que se entende hoje como ativos se deu no sentido de não se restringir a questão de propriedade, agregando assim a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros ao conceito. Dessa forma, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, *International Financial*

Reporting Standards [IFRS], "ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" (IASB, 2018, p. 26). A norma internacional define recurso econômico como "um direito a usufruir do potencial de produção de benefícios econômicos futuros" (IASB, 2018, p. 26).

Resumindo, o valor do ativo corresponde ao que se espera que este possa proporcionar de benefícios no futuro. E, para que o valor monetário do item registrado no ativo traduza o valor que se espera recuperar deste investimento, é preciso ajustá-lo a realidade nas condições de mercado em que a entidade está inserida. Para tal, faz-se necessário o teste de recuperabilidade de ativos, também conhecido como *impairment test*, teste de perda por desvalorização ou ainda teste de redução ao valor recuperável. Este teste consiste na comparação entre o valor contábil e o valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC), conforme a International Accounting Standards [IAS] 36 (2013). O valor contábil nada mais é do que o valor registrado nas demonstrações financeiras, enquanto o valor recuperável é o maior valor entre o valor justo do ativo (líquido das despesas de alienação) e o seu valor em uso.

No caso de não recuperabilidade do valor investido, ou seja, se o valor contábil for superior ao valor recuperável, deve-se reconhecer a perda por redução ao valor recuperável de ativos, também nominada perda por *impairment*. No âmbito normativo, o *impairment* consiste no reconhecimento contábil da desvalorização de ativos. Ou seja, quando o valor contábil de um ativo, após as deduções de depreciação, amortização ou exaustão, for superior a seu valor recuperável, obtido pelo maior valor entre o valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, deve-se reconhecer a perda (IASB, 2013).

Ao não fazer o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme já exposto anteriormente, a mensuração fica comprometida, uma vez que a relação da entidade com o ambiente econômico no qual ela está inserida é ignorada. Dependendo do item, se não reavaliado, pode gerar um problema de materialidade, e consequentemente de relevância das informações contábeis.

A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Dessa forma, é possível afirmar que o registro da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) está sujeito às condições econômico-financeiras da empresa, do setor em que ela atua e do cenário microeconômico ao qual a empresa pertence.

Ainda com base nas Normas Internacionais de Contabilidade, há fatores internos e externos que indicam a necessidade de realização do teste de recuperabilidade e do possível reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável (IASB, 2013). Estes fatores são elencados como mínimos indícios do ativo estar desvalorizado. Entre os indicadores estão: alterações de mercado, econômico ou legal;

aumentos nas taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre os investimentos; valor contábil dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado; avaliáveis evidências de obsolescência ou danos físicos do ativo; significativas mudanças adversas que afetem a empresa e evidências internas de que a *performance* econômica do ativo será diferente da expectativa.

Vale ressaltar que a Norma Internacional de Contabilidade, IAS 36, prevê que seja utilizado o valor em uso, quando as estimativas para o valor justo não forem confiáveis (IASB, 2013). Dessa forma é possível perceber a importância de fatores externos como: taxa de juros livre de risco; taxa de desconto e expectativas relacionadas à macroeconomia na mensuração e representação monetária da perda por desvalorização.

Fica claro, que aspectos exógenos deveriam impulsionar a realização do teste de *impairment* por parte das empresas, além de considerarem a perda com a recuperabilidade de ativos nos resultados das empresas. Dessa forma, há motivos para se acreditar que diversos aspectos exógenos, a exemplo de a mudança de norma contábil; períodos de expansão ou recessão econômica; setor; competição imprevista; fatores políticos e legais, entre outros, afetam as decisões de registro do *impairment* tanto na frequência de cálculo do teste quanto na sua intensidade de reconhecimento.

De acordo com Amiraslani, Iatridis e Pope (2013) um dos objetivos do reconhecimento de *impairment* é "melhorar a utilidade das informações das demonstrações financeiras ao reportar as perdas em tempo hábil." Isto deve-se ao fato da importância da informação sobre as perdas por redução ao valor recuperável dos ativos na avaliação da capacidade operacional e dos riscos de uma empresa.

A partir dessa definição é possível visualizar o surgimento de um tópico essencial para que a contabilidade cumpra seu papel de tradutora da realidade econômica das entidades: a mensuração posterior de ativos. Quando se registra um ativo pelo seu valor histórico e não remensura-o imediatamente, ignora-se a relação da entidade com o ambiente econômico. Em linhas gerais, com base em Goulart (2002), o custo histórico de um ativo representa o mínimo dos benefícios econômicos esperados por um ativo. Uma vez que, a entidade espera no mínimo, recuperar o valor investido no ativo.

Pesquisas anteriores

Diversos trabalhos foram realizados nos últimos anos buscando relacionar os fatores que impulsionam a realização do teste de *impairment* e o reconhecimento da perda por irrecuperabilidade. Seetharaman *et al.* (2006) afirmam que os fatores políticos e legais têm um efeito importante no valor justo da empresa. Dessa forma, apontam que indícios para o aumento da realização do teste de *impairment* são: a mudança da norma contábil, uma relação negativa de relações exteriores entre dois países, nova

política fiscal, entre outros. Por outro lado, Gaio, Gonçalves e Pereira (2021) destacam que a probabilidade de reconhecer perda por *impairment* está negativamente relacionada às normas de contabilidade, crescimento econômico e inflação.

O aumento nas taxas de juros de mercado é outro indício apontado pela norma contábil da necessidade de realização do teste de recuperabilidade (IASB, 2013). À vista disso, espera-se que este aumento induza as empresas a realizarem o teste naquele exercício. A IAS 36 (IASB, 2013) ainda justifica que os aumentos na taxa de juros "provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo". Por conseguinte, espera-se que haja uma relação positiva entre o aumento na taxa de juros e a intensidade no reconhecimento do *impairment*. Campagnoni, Rover e Tomazzia (2018) verificaram o impacto das variações das taxas de juros sobre o *impairment* de ativos de longo prazo e encontraram relação significativa e positiva entre o *impairment* reconhecido e a variação das taxas de juros de curto prazo.

Gaio, Gonçalves e Pereira (2021) comentam que durante períodos de crise as empresas também tendem a reduzir o reconhecimento de imparidades de ativos. Sob outra perspectiva, Bravo, Santana e Sarquis (2023) afirmam que em períodos de recessão, especificamente na crise de Covid-19, há mais reconhecimento de *impairment* de ativos não circulantes em companhias brasileiras, mesmo considerando padrões setoriais, subamostras e o efeito da firma de auditoria. Amiraslani, Iatridis e Pope (2013) acreditam que é provável a desvalorização de ativos em momentos de incerteza econômica e desaceleração persistente nos mercados financeiros e na economia real, uma vez que sua capacidade de geração de fluxos de caixa é prejudicada. Dessa forma, é esperado que haja necessidade da revisão dos valores de registro dos ativos, por meio do teste de recuperabilidade. Conforme mencionado anteriormente, o método mais utilizado para cálculo do valor recuperável é o valor em uso. Consoante a IAS 36 o cálculo deve refletir a "estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo", destarte uma mudança negativa na expectativa deveria justificar a realização do teste de recuperabilidade.

Todavia, para Gierusz *et al.* (2022), especificamente com relação ao *impairment* do *goodwill* e na pandemia de Covid19, apesar de existir impacto negativo nas receitas e lucros operacionais de empresas listadas na bolsa da Polônia em 2020, não houve aumento significativo de perdas por *impairment*. Os autores salientam que a pandemia não tem impacto direto significativo na redução do valor do *goodwill* por meio de *impairment*. A controvérsia de resultados dos autores mencionados e do contexto em que cada um faz suas considerações, demonstra que ainda não há um consenso sobre o impacto de crises no reconhecimento de perdas por *impairment*.

Considerando outros fatores exógenos, Iatridis, Pappas e Walker (2022), no contexto de empresas listadas na bolsa de valores de Londres, e Vichitsarawong e Eng (2023) com empresas listadas na

Tailândia, enfatizam que o *market to book* não tem relação com o valor reconhecido de *impairment*, sugerindo que o mercado pode não refletir plenamente o risco de *impairment*. Os autores acreditavam que um *market to book* baixo devesse indicar maior chance de perda. Em contrapartida, Alves e Silva (2020) afirmam que as empresas listadas na B3 com maiores índices de *book-to-market* estão mais inclinadas a reconhecer perdas, assim como Beatty, Liao e Weber (2024) com empresas americanas. Cappellesso (2025), no contexto brasileiro, comenta que o índice *book-to-market* é maior para as empresas com perdas por *impairment*. O resultado indica que o PL excede o valor de mercado, o que é tido como um indício externo de desvalorização, indicativo de perda.

Iatridis, Pappas e Walker (2022) afirmam adicionalmente que as empresas do Reino Unido com ROA mais alto (ou seja, com maior rentabilidade operacional) tendem a reconhecer menos *impairment*s de *goodwill*. Gaio, Gonçalves e Pereira (2021) também possuem este pensamento para empresas cotadas nos 14 Estados-Membros da UE: que quanto maior a rentabilidade da empresa, menor será a probabilidade de reconhecerem imparidades e menor a magnitude das imparidades reconhecidas. Essas afirmativas corroboram Vichitsarawong e Eng (2023) no contexto da Tainlândia e vão ao encontro das premissas da IAS 36 que considera o desempenho econômico como um dos principais indicadores de perda no valor recuperável de ativos.

Quanto à empresa de auditoria, Alves e Silva (2020) consideram que em empresas brasileiras auditadas por big four, há mais probabilidade de reconhecer perdas por *impairment*. Krein, Moura e Dal Magro (2021) identificaram que a governança corporativa (considerando a qualidade da auditoria como empresa Big four) exerce um papel moderador na relação entre o desempenho financeiro e o reconhecimento da perda. Isso quer dizer que estruturas de governança mais diferenciadas contribuem para que as perdas por *impairment* sejam reconhecidas de forma mais alinhada quando houver piora no desempenho das empresas. Xu *et al.* (2025) explicam que a empresa de auditoria tem papel crucial na identificação do excesso de *goodwill* dos clientes (listados nas bolsas de Xangai e Shenzhen) e no incentivo ao reconhecimento da perda por *impairment* do *goodwill*, alinhando-se às perspectivas do IASB.

Por outro lado, Gaspar, Oliveira e Pimenta (2025) explicam que o fato de as empresas serem auditadas por uma Big Four gera um impacto negativo no valor registrado como *impairment*. Isso sugere que as empresas de auditoria Big Four desempenham um papel fundamental na prevenção de atividades que são prejudiciais à transparência corporativa das empresas. Contrastante a todos os estudos realizados, Cappellesso (2025) afirma que no contexto brasileiro a empresa de auditoria não consegue explicar a probabilidade de reconhecimento do *impairment* ou seu montante.

Gillis *et al.* (2024), no contexto de mineração em empresas listadas na bolsa do Canadá, explicam que a principal causa das perdas por *impairment*s é a volatilidade dos preços do metal. Além disso, as

mineradoras de países em desenvolvimento tiveram perdas por *impairment* significativamente maiores que as demais. Isso demonstra a importância de fazer um controle setorial.

Quanto as formas de medir a intensidade da perda por impairment, Amiraslani *et al*. (2013) dividiram total do *impairment* não financeiro pelos ativos totais no início do ano. Naquele estudo, os autores focaram somente em três classes do ativo não financeiro não corrente: imobilizado, ativos intangíveis que não o ágio (doravante, intangível) e ágio (*goodwill*). Teodoro e Scherer (2013) mediram a partir do quociente resultante da divisão entre despesas com perdas por *impairment* e a receita operacional do período mais recente. Os autores verificaram maior intensidade do reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável no ano de 2008, em relação aos valores reconhecidos em 2007 e 2009. Essa diferença foi atribuída à intensificação da crise financeira mundial no ano de 2008.

METODOLOGIA

Este estudo adota um método quantitativo descritivo para analisar como fatores exógenos influenciam na decisão em realizar o Teste de *Impairment* (frequência) e como influenciam no valor a ser reconhecido como perda por redução ao valor recuperável (intensidade) em empresas listadas na Brasil Bolsa Balcão (B3). Os procedimentos de coleta de dados foram conduzidos utilizando informações constantes nas notas explicativas das empresas e na base de dados *Thomson Reuters*®, resultando em uma amostra de 2.046 observações e 273 empresas para a análise da frequência; e 384 observações e 106 empresas para analisar a intensidade, abrangendo o período de 2011 a 2018. Em relação aos procedimentos de análise de dados, o estudo empregou estatísticas descritivas e modelos de regressão múltipla e logística para explorar as relações entre a frequência do teste de *impairment* e fatores exógenos, bem como, entre a intensidade da perda e fatores exógenos.

Método

O estudo adota um método quantitativo descritivo, conforme descrito por Barros e Lehfeld (2000, p. 70), complementado pela análise de dados em painel desbalanceado. Barros (2017) afirma que painel desbalanceado é algo comum na pesquisa contábil (BARROS, 2017). A pesquisa quantitativa é apropriada para testar hipóteses e examinar relações causais entre variáveis usando dados numéricos e estatísticas (MORAES; SILVA, 2025). Neste estudo, a análise de dados em painel e a metodologia quantitativa descritiva são usadas para analisar e compreender a relação entre a frequência do teste de *impairment* e suas variáveis externas determinantes, bem como a intensidade da perda reconhecida e suas variáveis

externas determinantes ao longo do tempo e em diferentes empresas do mercado de ações brasileiro. Além disso, para embasar teoricamente o estudo e justificar a escolha do método e dos procedimentos adotados, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente sobre o tema, como também realizada por Gaio, Gonçalves e Pereira (2021). A revisão bibliográfica teve como objetivo identificar estudos relevantes que abordam a relação entre variáveis externas das empresas e a realização do teste de *impairment*, bem como o reconhecimento de perda por *impairment*. Com base nessa revisão, foram delineados os principais conceitos, modelo teórico e métodos estatísticos utilizados neste trabalho.

Procedimentos de coleta de dados

A seleção da amostra concentrou-se em 514 empresas listadas na B3 entre 2011 e 2018. Os dados foram coletados de duas fontes principais: as notas explicativas das empresas e a base de dados *Thomson Reuters*®. Ressalta-se que esses dados são considerados secundários, pois foram compilados originalmente para outros fins que não os desta pesquisa específica. Foram excluídas empresas financeiras, por terem estrutura diferente das demais, o que enviesaria a análise, assim como em Cappellesso (2025) e Vichitsarawong e Eng (2023). Os dados também foram submetidos à análise de *outliers.* O protocolo de análise utilizado para identificação de *outliers* foi o sugerido por Hair Jr. *et al*. (2013) de cálculo da distância de Mahalanobis e exclusão dos casos com valores de d2/gl significativos ao nível de p<0,005. Também foram excluídas da amostra observações em que a companhia apresentou naquele ano, patrimônio líquido (PL) negativo, conforme a Tabela 1:

Tabela 1 – Procedimento de seleção da amostra do estudo

Critério de Seleção	Número de empresas
Empresas listadas na B3 entre 2011 e 2018	514
(-) Empresas financeiras	197
= Empresas não financeiras	**317**
(-) Empresas sem informações necessárias disponíveis	44
= Amostra final	**273**

Fonte: Elaboração própria.

As informações sobre a frequência do Teste de *Impairment* foram coletadas diretamente nas notas explicativas das companhias, disponíveis no sítio eletrônico da B3 em "Empresas Listadas – Relatórios estruturados – Demonstrações Financeiras Padronizadas". Foram consideradas como decisão positiva de realização do teste de *impairment* apenas quando a companhia afirmou em suas notas explicativas a realização efetiva do teste. Para coleta dos dados, foi utilizada a técnica de análise documental, os termos procurados dentro de todas as demonstrações foram: "*Impairment*", "perda por redução ao valor recuperável" e "teste". Só foram considerados como "realizou o teste" quando a empresa expressamente

utilizou o tempo verbal Pretérito Perfeito. Em outras palavras, as expressões genéricas no tempo presente, por exemplo, "a companhia realiza anualmente o teste de *impairment*" não foram consideradas como "realizou o teste".

É relevante mencionar que nem todas as empresas tinham informações disponíveis em todos os anos, por esse motivo, para análise da frequência do teste de *impairment* o painel é desbalanceado, conforme a Tabela 2:

Tabela 2 – Quantidade de observações por ano para análise da frequência da realização do teste de *impairment*

Ano	Observações
2011	239
2012	241
2013	249
2014	253
2015	251
2016	251
2017	260
2018	269
Total	**2.013**

Fonte: Elaboração própria.

Por sua vez, para obter informações sobre a intensidade da perda por *impairment*, foi utilizada a base de dados *Thomson Reuters*® que permite o acesso a informações financeiras detalhadas sobre as empresas. Como 106 empresas reconheceram, em algum ano, perda por *impairment*, 167 empresas tiveram que ser excluídas da amostra para análise da intensidade, totalizando 384 observações.

Utilizando a *Thomson Reuters*® também foi possível obter diversas outras informações relevantes para o estudo, tais como: o valor total da perda por *impairment* constante na Demonstração de Fluxo de Caixa, ativos totais, variação das taxas de juros, empresa de auditoria, índice *market to book*, setor da empresa, variação no retorno dos ativos.

No sítio eletrônico da IFRS foi possível verificar quando e se houve mudanças de normas relacionadas ao *impairment*. Por fim, no sítio eletrônico do Banco Central do Brasil foi possível obter a informação sobre períodos de expansão ou recessão econômica.

Todos os dados mencionados foram então utilizados para estruturar o conjunto de variáveis do estudo. Com a conclusão das etapas de coleta e transformação dos dados, as variáveis foram organizadas em formato de painel, facilitando o acompanhamento longitudinal das informações de cada empresa.

Procedimentos de Análise de Dados

Para analisar os dados coletados, o estudo adotou uma abordagem quantitativa. Primeiramente, os dados foram tabulados e organizados em um banco de dados eletrônico e para a análise utilizou-se o software Stata/SE 12.0. Em seguida, foram realizadas análises descritivas para examinar as características básicas dos dados, como médias, medianas e desvios-padrão, conforme proposto por Vichitsarawong e Eng (2023). O modelo utilizado para a análise das variáveis que influenciam na decisão de realização do teste de recuperabilidade foi o Modelo Logístico para dados em painel. Já para analisar as variáveis que influenciam na intensidade da perda reconhecida, foram estimados os Modelos Lineares de Regressão para dados em painel.

Variáveis

Esta seção apresenta as definições das variáveis do estudo. Para responder às hipóteses de pesquisa e compreender os determinantes da realização do teste de *impairment* e para compreender os determinantes da intensidade da perda por *impairment* de empresas listadas na B3, apresenta-se o conjunto de variáveis que foram utilizadas para análise, conforme demonstrado na Tabela 3:

Tabela 3 – Variáveis utilizadas na pesquisa e referências bibliográficas

Variáveis	Descrição	Fórmula	Sinal Esperado	Autores
FRE_IMP	(Frequência do *impairment*) Variável binária baseada em se a empresa realizou ou não o teste de *impairment*	Realizou o teste: 1 Não realizou: 0	NA	-
INT_IMP	(Intensidade do *impairment*) Variável que representa o *impairment* evidenciado pela companhia *i* no período *t*, dividido pelo ativo total no final de *t-1*.	Perdas por *impairment* $_t$ / *A*tivo total $_{t-1}$	NA	Amiraslani *et al.* (2013), Campagnoni, Rover e Tomazzia (2018)
CPC	(Mudança na norma contábil) Variável binária baseada em se houve ou não mudança na norma contábil sobre o *impairment*	Houve mudança: 1 Não houve mudança: 0	+	-
ΔPIB	(Recessão ou crise econômica) PIB observado menos o PIB estimado	$PIB_{t(obs)} - PIB_{t(est)}$	-	Riedl (2004)
ΔTJ	(Taxa de juros) Taxa de juros livre de risco menos a taxa de juros livre de risco no início do período	$TJ_t - TJ_{t-1}$	+	Campagnoni, Rover e Tomazzia (2018)
AUDIT	(Empresa de auditoria) Variável binária baseada em se o auditor é uma empresa Big 4	Empresa que audita é Big 4: 1 Empresa que audita não é Big 4: 0	+	Amiraslani *et al.* (2013)
BTM	Valor contábil do patrimônio líquido (ajustado o *impairment*) dividido pelo valor de mercado do patrimônio líquido	(PL + *impairment)* / Valor de mercado	+	Amiraslani *et al.* (2013)
Setor	SIC code	Código de classificação setorial	NA	Riedl (2004)
ΔROA	Variação no retorno sobre ativos	$(LAIR_t / AT_t) / (LAIR_{t-1}/AT_{t-1})$ LAIR = Lucro antes dos tributos sobre o lucro	+	Riedl (2004)

Fonte: Elaboração própria.
Nota: NA – Não se aplica.

As variáveis dependentes são FRE_IMP e INT_IMP. As variáveis independentes são: CPC, ΔPIB, ΔTJ, AUDIT e BTM. As variáveis de controle são: Setor e ΔROA.

Modelo Econométrico

Para testar as hipóteses foram estruturados dois modelos diferentes: um para a análise da frequência da realização do teste de *impairment* e outro para a análise da intensidade da perda por *impairment* reconhecida.

O modelo utilizado para a análise das variáveis que influenciam na decisão de realização do teste de recuperabilidade foi o Modelo Logístico para Dados em Painel (1). De acordo com Fávero e Fávero (2013) a base de dados que é composta por diferentes indivíduos (empresas) com observações que variam ao longo do tempo em que a variável dependente é qualitativa e com valores dicotômicos, a abordagem do problema deve dar-se por meio dos modelos não lineares de regressão para dados em painel. Desse modo, o fato de ter testado ou não será a variável binária (dicotômica) dependente que representa a decisão da realização do teste, e as variáveis explicativas que representam os fatores exógenos serão as variáveis independentes.

$$p_{(FREQ_{IMP}=1)i,t} = \frac{e^{(\alpha_i+\beta_1 CPC_t+\beta_2 \Delta PIB_t+\beta_3 \Delta TJ_t+\beta_4 BTM_{i,t}+\beta_5 \sum_{n=1}^{17} Setor\ Dummy_i+\beta_6 \Delta ROA_{i,t}+\beta_7 AUDIT_{i,t})}}{1+e^{(\alpha_i+\beta_1 CPC_t+\beta_2 \Delta PIB_t+\beta_3 \Delta TJ_t+\beta_4 BTM_{i,t}+\beta_5 \sum_{n=1}^{17} Setor\ Dummy_i+\beta_6 \Delta ROA_{i,t}+\beta_7 AUDIT_{i,t})}} \textbf{(1)}$$

Para a análise da intensidade será utilizada a métrica já delineada por Amiraslani, Iatridis e Pope (2013) em que, para mensurar a intensidade utilizam a razão entre o total do *impairment* e os ativos totais no início do ano. Para medir como as variáveis se relacionam, foi utilizado modelo de dados em painel (2), onde a variável dependente (explicada) será a intensidade de reconhecimento da perda por *impairment*, e as variáveis independentes (explicativas) serão os fatores exógenos já mencionados. Segundo Cameron e Trivedi (2009 *apud* Favero, 2013, p. 137) "o passo inicial para a aplicação de um modelo com dados em painel é a aplicação de um modelo POLS (*pooled ordinary least squares*)". Dessa forma após a estimação por meio do modelo POLS com erros-padrão robustos *clusterizados*, estimou-se pelos modelos: Estimador *Between*, Efeitos Fixos, Efeitos Fixos com Erros- Padrão Robustos Clusterizados, Efeitos Aleatórios e Efeitos Aleatórios com Erros-Padrão Robustos Clusterizados.

$$INT_IMP_{i,t} = \alpha_i + \beta_1 CPC_t + \beta_2 \Delta PIB_t + \beta_3 \Delta TJ_t + \beta_4 BTM_{i,t} + \beta_5 \sum_{n=1}^{17} Setor\ Dummy_i + \beta_6 \Delta ROA_{i,t} + \beta_7 AUDIT_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \textbf{(2)}$$

Com os dois modelos estimados, foram aplicados os testes de especificidade doS modeloS, com o intuito de avaliar a significância, além de medir seu poder explicativo.

Formulação de hipóteses

As hipóteses 1 a 5 estão relacionadas aos fatores exógenos e a frequência do teste de *impairment*. As hipóteses 6 a 9 relacionam-se aos fatores exógenos e a intensidade da perda reconhecida.

Se a entidade realiza o teste de *impairment* é porque há indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e ela estimará o valor recuperável. Essa decisão é crucial para verificar se um ativo está registrado na contabilidade por um valor que seja possível recuperar no futuro, ou se está acima do que pode gerar de benefícios econômicos. Caso esteja registrado por um valor que excede o seu valor recuperável, significa que ele não reflete mais a realidade e isso impacta no atendimento ao objetivo da contabilidade que é fornecer informações úteis para a tomada de decisão das partes interessadas.

A alteração na norma contábil sobre *impairment* pode influenciar a decisão de realizar o teste, uma vez que afeta aspectos operacionais das empresas, como os métodos de cálculo, os critérios de análise e as novas exigências impostas, o que pode modificar o momento ou a frequência com que o teste é aplicado: H1: A alteração das normas contábeis acerca do *impairment* afeta positivamente a frequência do teste de *impairment*.

Outro fator que pode impactar na decisão da realização do teste de *impairment* é o cenário econômico de um país. Períodos de recessão podem exigir a revisão de projeções de fluxo de caixa: H2: Períodos de recessão econômica afetam positivamente a frequência do teste de *impairment*.

Semelhante ao cenário econômico, a variação das taxas de juros pode influenciar na realização do teste, haja visto que o valor em uso, que é utilizado para encontrar o valor recuperável de um ativo, é calculado utilizando uma taxa de desconto e essa taxa reflete a taxa de juros livre de risco. Por exemplo, se a taxa de juros livre de risco aumenta durante o ano isso aumenta a taxa de desconto, diminui o valor presente dos fluxos de caixa e faz com que as empresas tenham que refazer o teste: H3: O aumento nas taxas de juros de mercado afeta positivamente a frequência do teste de *impairment*.

Geralmente, quando a empresa de auditoria é bigfour, acredita-se que as demonstrações contábeis da empresa auditada possuem mais transparência e qualidade. Essa convenção é atribuída às características das bigfour relacionadas à reputação, maior pressão para divulgação de qualidade e menor tolerância para gerenciamento de resultados, por exemplo. Acredita-se que a empresa de auditoria bigfour, por ter alta qualificação técnica sobre normas de contabilidade, estimularia o cliente a realizar o teste de *impairment*, já que a própria IAS 36 incentiva: “a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte,

se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo": H4: Empresas auditadas por Big 4 realizam com mais frequência testes de *impairment*.

Como as demonstrações contábeis para fins gerais não se destinam a apresentar o valor da entidade, o valor contábil total do patrimônio líquido geralmente não equivale ao valor de mercado total de direitos sobre o patrimônio na entidade, pois o mercado precifica expectativas futuras relacionadas a empresa. O mercado pode considerar reputação, marca ou capital humano, por exemplo, e essas informações não são consideradas nas demonstrações contábeis da empresa. Por esses motivos é que existem diferenças entre o valor contábil do PL e o valor de mercado. Nesse sentido, caso o PL contábil represente mais que o PL a valor de mercado quer dizer que o mercado não está enxergando potencial de valorização futura, ou vê riscos relacionados àquele setor. Se o mercado não vê potencial de valorização na empresa pode ser que os ativos reconhecidos estejam superavaliados contabilmente e necessite de um teste de *impairment* para verificar o valor recuperável: H5: O índice book-to-market está positivamente relacionado à frequência do teste de *impairment*.

Além de compreender o impacto de fatores exógenos na decisão de realizar o teste, o objetivo do estudo também foi compreender o impacto na intensidade da perda reconhecida. Para tanto, foram elaboradas as hipóteses 6 a 9.

No que se refere à alteração de normas de contabilidade relacionadas ao *impairment*, normalmente, quando são atualizadas, as normas se tornam ainda mais específicas e exigentes, nesse sentido, parece sensato dizer que há impacto no reconhecimento das perdas, até pela maior testagem que causa. Por exemplo, as normas internacionais passaram a exigir mais transparência no cálculo, o que reduz a margem para postergar o reconhecimento: H6: A alteração das normas contábeis acerca do *impairment* afeta positivamente à intensidade do reconhecimento das perdas por *impairment*.

Outro fator que pode impactar na intensidade do reconhecimento da perda é o cenário econômico de um país. Os ativos em momentos de crise podem perder valor muito rapidamente e isso aumentaria os valores reconhecidos como perdas: H7: Períodos de recessão econômica afetam positivamente à intensidade do reconhecimento das perdas por *impairment*.

A variação das taxas de juros também pode influenciar na intensidade da perda por *impairment*. Se a taxa de juros aumenta, a taxa de desconto do cálculo do teste de *impairment* também aumenta; existindo uma taxa de desconto maior, o valor presente dos fluxos de caixa será menor, ou seja: o valor recuperável é menor e provavelmente será inferior ao valor contábil atual. Por esses motivos, mais perdas por *impairment* tendem a ser reconhecidas: H8: O aumento nas taxas de juros de mercado afeta positivamente à intensidade do reconhecimento das perdas por *impairment*.

Se o valor contábil de uma empresa é maior que o seu valor de mercado, pode ser indicativo de que seus ativos estão superavaliados contabilmente, e isso levaria a um maior reconhecimento de perdas. Quanto mais alto o *book to market,* maior o risco da diferença entre valor contábil e de mercado diferença ser significativa, resultando em perdas maiores: H9: O índice *book-to-market* está positivamente relacionado à intensidade do reconhecimento das perdas por *impairment*.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo destina-se a apresentação, interpretação e discussão dos resultados da pesquisa. Inicialmente, são apresentados os resultados das medidas de tendência central e variabilidade das variáveis utilizadas no trabalho. Na sequência são demonstrados os resultados estatísticos inferenciais obtidos com a aplicação da estimação de modelos logísticos e de modelos de regressão linear para dados em painel utilizados.

Análise Descritiva

A Tabela 4 demonstra que não há diferenças consideráveis entre a quantidade de empresas que realizaram o teste em determinado ano (1.011), em relação a quantidade de empresas que não realizaram (1.002).

Tabela 4 – Frequência da realização do teste de *impairment*

Realizou o teste?	Observações	%
Não	1.002	49,78%
Sim	1.011	50,22%
Total	**2.013**	**100%**

Fonte: Elaboração própria.

Por conseguinte, fora avaliado como a variável FREQ_IMP se comporta ao longo do tempo. Os resultados obtidos estão representados na Tabela 5:

Tabela 5 – Comportamento da variável FREQ_IMP ao longo do tempo

Realizou o teste?	Mesmo comportamento ano seguinte	Comportamento diferente no ano seguinte	Total
Não	88,29%	11,71%	**100%**
Sim	91,55%	8,45%	**100%**

Fonte: Elaboração própria.

Verificou-se que empresas que não realizaram o teste de *impairment* tinham o mesmo comportamento no ano seguinte em 88,29% das vezes, e que empresas que realizaram o teste tinham o mesmo comportamento no ano seguinte em 91,55% das vezes. Dessa forma, é possível indicar que existe persistência do comportamento da realização do teste ao longo dos anos analisados.

Tabela 6 - Estatística descritiva das variáveis explicativas do modelo de análise da frequência do *impairment*

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
PIB_t	1,591	2,109	-2,807	4,430
TJ_t	-0,001	0,023	-0,033	0,025
$BTM_{i,t}$	2,757	7,859	0,000	98,631
$ROA_{i,t}$	2,614	9,122	0,000	139,475
	Big Four		Não Big Four	Total
AUDIT	72,20%		27,8%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Com base na Tabela 6 verificou-se que a diferença entre o PIB estimado e o PIB observado foi em média de 1,591, sendo a maior diferença observada de 4,43 e a menor, de -2,81. A respeito da variação da taxa de juros livre de risco, pode-se observar que em média essa variação foi muito pequena, apenas de -0,001. Os índices *book-to-market* e a variação do retorno sobre os ativos foram as variáveis com maior variação de valores e, portanto, apresentam desvios-padrão mais elevados que as demais variáveis. Com relação a empresa de auditoria, a maior parte da amostra é auditada por Big Four, o que já demonstra um indício de que empresas que são auditadas por Big Four fazem o teste de *impairment*.

Em seguida, conforme a Tabela 7, foi determinada a estatística descritiva da intensidade do reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável das empresas que realizaram o teste. Observa-se que na média, o reconhecimento de perda por *impairment* correspondeu a 1,80% do ativo total registrado no ano anterior. Os valores negativos correspondem ao valor de reversão da perda por redução ao valor recuperável percentual correspondente ao ativo total do ano anterior. O mínimo de -0,091 indica que o menor valor registrado como reversão do reconhecimento de *impairment*, correspondeu a 9,10% do ativo o reconhecimento de *impairment*.

Tabela 7 - Estatística descritiva das variáveis do modelo de análise da intensidade da perda

Variáveis	Média	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
$INT_IMP_{i,t}$	0,018	0,070	-0,091	1,073
ΔPIB_t	1,189	2,105	-2,807	4,430
ΔTJ_t	-0,001	0,023	-0,033	0,023
$BTM_{i,t}$	2,079	3,220	0,055	27,694
$\Delta ROA_{i,t}$	2,282	4,819	0,007	40,567
	Big Four		Não Big Four	Total
AUDIT	86,70%		13,30%	100%

Fonte: Elaboração propria.

Ainda conforme a Tabela 7, pode-se mencionar que a diferença entre o PIB estimado e o PIB observado, foi em média de 1,189, sendo a maior diferença observada de 4,43 e a menor, de -2,807. Quanto à variação da taxa de juros livre de risco, pode-se observar que em média essa variação foi muito pequena, apenas de -0,001. Chama atenção o fato de que para a análise da intensidade da perda, o desvio padrão dos índices *book to market* e variação do ROA foi expressivamente menor do que para todas as empresas da amostra. Isso quer dizer que para estas variáveis há menor variabilidade entre as observações, ou seja, os valores são mais concentrados próximos da média. Isso pode indicar que empresas que reconhecem perdas por *impairment* tem características em comum.

Também se nota que os valores máximos das variáveis BTM e variação do ROA são significativamente menores no modelo de intensidade da perda (Tabela 7) em relação ao modelo de frequência do reconhecimento (Tabela 6). Esse resultado indica que empresas com valores extremos nessas variáveis, embora apresentem indícios de desvalorização de ativos, podem não ter reconhecido as perdas. Uma possível explicação para isso é o uso de premissas mais flexíveis no teste de *impairment* ou mesmo certa margem de julgamento por parte da gestão. Apesar de não ser testada no modelo inferencial, a variável empresa de auditoria apareceu ainda mais proeminente neste modelo, o que já dá um sinal de que empresas auditadas por Big Four reconhecem perdas por *impairment* mais intensas.

Para a análise inferencial da influência de fatores exógenos na realização do teste de impairment foi realizada a estimação *Pooled Logit* com erros-padrão robustos com agrupamento por empresa, conforme protocolo proposto por Fávero e Fávero (2016). Foram estimados os modelos *PA Logit,* Efeitos Fixos e Efeitos Variáveis. Na sequência, foram realizadas as mesmas estimações, mas incluídas as *dummies* setoriais. Nesta versão do estudo, apresenta-se apenas as estimações com as *dummies* de setor.

Tabela 8 – Outputs das estimações do modelo logístico (com setores)

Variáveis	*Pooled Logit*	PA *Logit*	EF	EA
CPC_t	**0,2533*** **	**0,2099*** **	**0,4910** **	**0,5309** **
	(0,0851)	(0,0761)	(0,2200)	(0,2205)
ΔPIBt	**-0,0519** **	**-0,0453** **	**-0,1062** **	**-0,1146** **
	(0,0235)	(0,0208)	(0,0461)	(0,0458)
ΔTJt	0,2435	0,4413	1,7022	1,2917
	(1,2280)	(1,0857)	(3,3507)	(3,3343)
AUDITi,t	**1,4529*** **	**0,3677** *	0,0055	**0,7921** **
	(0,2429)	(0,2080)	(0,3231)	0,3127
BTMi,t	0,0042	-0,0013	-0,0068	-0,0070
	(0,0133)	(0,0113)	(0,0135)	(0,0132)
ROAi,t	0,0057	0,0039	0,0089	0,0086
	(0,0047)	(0,0034)	(0,0084)	(0,0083)
Intercepto	**-1,2421** *	-0,1401		0,4937
	0,6400	(1,0888)		(3,1752)
Controle Setorial	Sim	Sim	Sim	Sim
Observações	1.967	2.013	843	2.013

Fonte: Elaboração propria.
Nota: (*) significante a 10%; (**) significante a 5%; (***) significante a 1%. Pooled Logit: A computação dos estimadores do modelo com base nos métodos de estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por empresa. PA Logit: A computação dos estimadores do modelo com base nos métodos de estimação POLS com erros-padrão robustos. EF: Método de estimação com base nos Efeitos fixos. EA: Método de estimação com base nos Efeitos Aleatórios. Controle Setorial: inclusão de dummies setoriais. As seguintes estatísticas foram obtidas pelo Método de estimação com base nos Efeitos Aleatórios (EA): sigma_u = 3,833 e rho = 0,817

Neste estudo, optou-se por focar a interpretação dos resultados com base no modelo PA Logit, uma vez que ele proporciona uma estimativa robusta dos coeficientes com correção para a dependência entre observações da mesma empresa ao longo do tempo, sem incorrer nas perdas amostrais observadas no modelo de efeitos fixos. Além disso, o modelo PA Logit mantém maior número de observações válidas e apresenta resultados estatisticamente significativos e consistentes com a teoria. Conforme destaca Wooldridge (2018), o uso de erros-padrão robustos por cluster é adequado quando se deseja obter inferências válidas em modelos de painel com efeitos não observados e dependência intraindividual. Já os modelos de efeitos fixos, embora controlando para heterogeneidade não observada, podem sofrer com a exclusão de variáveis invariantes e reduzir significativamente a amostra. Dessa forma, a escolha do PA Logit busca equilibrar robustez estatística, amplitude da base de dados e interpretação coerente dos efeitos estimados.

Nesse sentido, o parâmetro estatisticamente significativo a 1% de 0,2099 da variável CPC_t significa que nos anos em que há mudanças nas normas contábeis com relação ao *impairment* ($CPC_t = 1$), a chance de a empresa realizar o teste de *impairment* aumenta em 23,35%. Seetharaman *et al*. (2006) já afirmavam que a mudança de norma contábil poderia ter um impacto positivo na decisão de realizar o teste de *impairment*.

O parâmetro -0,045 da variável ΔPIBt indica que o aumento da diferença entre o PIB estimado e o observado reduz em 4,43% o logaritmo da chance de realização do teste de *impairment* para uma mesma empresa. A estimação revela uma relação negativa e estatisticamente significativa ao nível de 5%, sugerindo que, diante de uma surpresa negativa no PIB, as empresas tendem a realizar o teste de *impairment*. Normalmente essa surpresa negativa está relacionada a períodos de crise. Os resultados vão ao encontro da teoria normativa, em que a IAS 36 (2013) menciona: o cálculo do valor recuperável deve refletir a "estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo", assim uma mudança negativa na expectativa do PIB deveria justificar a realização do teste de recuperabilidade; e de Amiraslani, Iatrides e Pope (2013) que acreditam que é provável a desvalorização de ativos em momentos de incerteza econômica e desaceleração persistente nos mercados financeiros e na economia real, uma vez que sua capacidade de geração de fluxos de caixa é prejudicada. Dessa forma, é esperado que haja necessidade da revisão dos valores de registro dos ativos, por meio do teste de recuperabilidade.

Outro indício apontado pela estimação é a relação positiva e estatisticamente significante ao nível de 10%, da auditoria ser feita por Big4 e a realização do teste. O parâmetro estimado em 0,3677 indica que nos anos em que a empresa é auditada por uma firma de auditoria do grupo das Big4, a probabilidade de realização do teste, para uma mesma empresa, é incrementada em 44,44%. Amiraslani, Iatrides e Pope (2013) afirmam que a auditoria por Big Four é um dos fatores que contribuem para maior qualidade e

conformidade nas divulgações relacionadas a perdas por *impairment*, o que indiretamente implica maior probabilidade de realização adequada dos testes de *impairment*.

Após a estimação dos Modelos Logísticos para Dados em Painel, testou-se a relação entre os fatores exógenos e a intensidade do reconhecimento de perda por *impairment*. Para isso, selecionaram-se apenas as empresas que reconheceram a perda (n=106). Com essa nova amostra, realizaram-se novas estimações utilizando modelos lineares de regressão para dados em painel.

Conforme a Tabela 9, os testes realizados não demonstram qual das modelagens oferece estimadores consistentes dos parâmetros. Porém, em todos os modelos a variável explicativa cujo parâmetro é estatisticamente significativo ao nível de significância de 5% é a variável de controle que indica a variação do ROA. Este resultado é consistente em todas as análises, bem como o sinal que indica a relação positiva entre a variação do Retorno dos Ativo e a intensidade de reconhecimento de *impairment.* Este achado diverge de estudos empíricos anteriores que afirmavam que a relação seria negativa (VICHITSARAWONG; ENG, 2023; IATRIDES; PAPPAS; WALKER, 2022; GAIO; GONÇALVES; PEREIRA, 2021). O motivo dessa divergência pode estar relacionado ao país de estudo pois nenhum dos estudos mencionados utilizou o Brasil como parte da amostra. No Brasil, a perda por *impairment* pode ser mais influenciada por fatores regulatórios e reputacionais do que puramente econômicos, o que pode ser uma oportunidade de pesquisas futuras.

Tabela 9 - Outputs consolidados das estimações do modelo proposto (com setor)

Variáveis	POLSrob	Between	EF	EA
CPC_t	0,0219	0,0003	-0,0009	0,0007
	(0,0049)	(0,0254)	(0,0089)	(0,0088)
ΔPIB_t	0,0024	0,0070	0,0003	0,0016
	(0,0029)	(0,0048)	(0,0019)	(0,0019)
ΔTJ_t	-0,2839	-0,3743	-0,1741	**-0,2400***
	(0,1945)	(0,4902)	(0,1453)	(0,151)
$AUDIT_{it}$	0,0101	-0,0059	0,0205	0,0165
	(0,0100)	(0,0203)	(0,0134)	(0,0112)
BTM_{it}	0,0010	-0,0002	**0,0032****	0,0015
	(0,0011)	(0,0018)	(0,0016)	(0,0012)
ΔROA_{it}	**0,0034****	**0,0082*****	**0,0015****	**0,0030*****
	(0,0014)	(0,0012)	(0,0007)	(0,0007)
Intercepto	-0,0161	-0,0179	-0,0107	-0,0209
	(0,0151)	(0,0312)	(0,0136)	(0,0215)
Controle Setorial	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaboração propria.
Nota: (*) significante a 10%; (**) significante a 5%; (***) significante a 1%. POLSrob: A computação dos estimadores do modelo com base nos métodos de estimação POLS com erros-padrão robustos com agrupamento por empresa. BE: Método de estimação *Between*

Os fatores exógenos não se apresentaram significativos na estimação da intensidade de reconhecimento da perda por *impairment,* não podendo ser concluído sobre o assunto. Como já verificado na literatura, quanto à mudança de norma contábil, ainda não existe um consenso sobre se esta influência

seria positiva ou negativa. Para Gaio, Gonçalves e Pereira (2021) é negativa; para Seetharaman *et al*. (2006) é positiva.

Quanto ao período de recessão também não há consenso na literatura. Enquanto Gaio, Gonçalves e Pereira (2021) afirmam ser negativa a influência nas perdas por *impairment*, devido aos gestores que utilizam a discricionariedade contábil para praticar gestão de resultados e evitar o reconhecimento de perdas que poderiam piorar ainda mais o desempenho apresentado; Bravo, Santana e Sarquis (2023) dizem que é positiva pois as crises geram indícios objetivos de desvalorização de ativos, o que ativa os critérios previstos nas normas contábeis. Os presentes resultados vão ao encontro de Gierusz *et al.* (2022) que afirmam que crises não tem impacto direto significativo nas perdas por *impairment*. Em relação a variação da taxa de juros, Campagnoni, Rover e Tomazzia (2018) encontraram relação significativa e positiva entre o *impairment* reconhecido e a variação das taxas de juros. Para os autores, juros mais altos reduzem o valor recuperável e as taxas de juros são utilizadas no cálculo do valor recuperável.

No que se refere ao *book to market*, os resultados vão encontro de Iatridis, Pappas e Walker (2022) e Vichitsarawong e Eng (2023) que enfatizam que o *market to book* não tem relação com o valor reconhecido de *impairment*, sugerindo que o mercado pode não refletir plenamente o risco de *impairment*.

CONCLUSÕES

O objetivo do estudo foi analisar a relação da frequência de teste e da intensidade do reconhecimento de perda por *impairment* com fatores exógenos em empresas de capital aberto do Brasil.

Esperava-se que períodos de crise, alterações em normas contábeis relacionadas ao *impairment*, taxa juros, empresa de auditoria, e o valor contábil do PL em relação ao valor de mercado do PL influenciassem positivamente, tanto na decisão de realizar o teste de *impairment*, como na intensidade das perdas por *impairment*. No entanto, não é possível confirmar todas as hipóteses.

Os resultados do presente estudo confirmam a hipótese de que períodos de recessão econômica afetam positivamente a frequência do teste de *impairment*, ou seja, na decisão de realizar o teste. Isso acontece provavelmente em resposta aos indicadores externos de perda de valor previstos na norma contábil.

A hipótese de que a alteração das normas contábeis acerca do *impairment* afeta positivamente a frequência do teste de *impairment* também foi confirmada. Isso demonstra que mudanças regulatórias contábeis fazem as empresas aplicarem o teste de recuperabilidade com mais frequência e reforça o papel dos normatizadores para o atendimento do objetivo da contabilidade que é fornecer informações úteis para a tomada de decisão dos usuários.

Por fim, ainda quanto à realização do teste de *impairment*, foi confirmada a hipótese de que empresas auditadas por Big 4 realizam com mais frequência testes de *impairment*. O resultado indica que a presença de auditoria de alta qualidade está relacionada a maior conformidade com as normas contábeis, o que pode refletir maior rigor técnico, menos tolerância a omissões e mais incentivo à transparência das informações.

Nenhuma hipótese relacionada ao impacto dos fatores exógenos (crise, mudança de norma, taxa de juros e o valor contábil do PL em relação ao valor de mercado do PL) na intensidade da perda por *impairment* foi confirmada. É relevante mencionar que a intensidade da perda foi calculada dividindo a perda reconhecida pelos ativos totais, e nesse caso existem outros fatores (internos) que são utilizados para decidir reconhecer a perda que são subjetivos, mas que talvez explicassem mais ou ajudassem a melhorar o modelo econométrico. Outra explicação para a não confirmação das hipóteses está relacionada a vontade de cumprir minimamente a norma contábil e nesse sentido, as empresas podem reconhecer apenas uma perda pequena para cumprir protocolo. Outro ponto importante é que a intensidade, neste estudo, está ligada à composição dos ativos testados e esta não está controlada no modelo. Com isso, os fatores externos não conseguem sozinhos explicar a intensidade.

A partir do exposto conclui-se que os fatores externos estudados aumentam a chance de prever se haverá o teste de *impairment* mas não o quanto será reconhecido na contabilidade. Por exemplo, a variação do PIB pode indicar a necessidade de testar, porém, ao mensurar o valor recuperável de um ativo ou UGC a empresa fica dependente de muitos outros fatores que são internos. Isso explica o porquê duas empresas do mesmo setor podem ter perdas muito diferentes e isso não é devido aos fatores externos, mas aos internos relacionados às escolhas e estratégia de cada uma.

Para encerrar, sugere-se como pesquisas futuras a combinação de fatores externos e internos que podem impactar na perda por *impairment* reconhecida nas empresas, bem como a utilização de outras métricas que buscam medir a intensidade da perda.

REFERÊNCIAS

ALVES, K. R. C. P.; SILVA, C. A. T. “Determinantes do reconhecimento da perda pelo impaiment test”. **Revista Ambiente Contábil**, vol. 12, n. 2, 2020.

AMIRASLANI, H.; LATRIDIS, G. E.; POPE, P. F. **Accounting for asset *impairment***: a test for IFRS compliance across Europe. London: Cass Business School, 2013.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentals of Scientific Methodology**. São Paulo: Editora Makron Books, 2000.

BARROS, C. M. E. **A influência do board interlocking na qualidade da informação contábil em empresas brasileira** (Tese de Doutorado em Contabilidade). Curitiba: UFPA, 2017.

BEATTY, A.; LIAO, S.; WEBER, J. "Is the *Goodwill Impairment*-Only Model Broken? An Examination of Post-Acquisition Accounting for *Goodwill* versus Other Intangibles. **SSRN** [2024]. Disponível em: <www.ssrn.com>. Acesso em: 12/05/2025.

BRAVO, A. S.; SANTANA, V. F.; SARQUIS, R. W. "A incidência de *impairment* de ativos não circulantes diante da crise da covid-19". **Revista Contabilidade e Finanças**, vol. 34, 2024.

CAMPAGNONI, M.; ROVER, S.; TOMAZZIA, E. C. "Efeito das variações de taxa de juros sobre o *impairment* de ativos: as taxas de curto prazo são mais relevantes do que as de longo prazo?" **Anais do XVIII International Conference in Accounting**. São Paulo: USP, 2018.

CAPPELLESSO, G. **A utilidade da informação sobre o teste de redução ao valor recuperável do goodwill** (Tese de Doutorado em Ciências Contábeis). Brasília: UnB, 2025.

CHAMBERS, R. J. "Measurement in accounting". **Journal of Accounting Research**, vol. 3, n. 1, 1965.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), de 10 de dezembro de 2019**: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília: CPC, 2019. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 12/05/2025.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), de 06 de agosto de 2010**: Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Brasília: CPC, 2010. Disponível em: <www.cpc.org.br>. Acesso em: 12/05/2025.

FÁVERO, L. P. L. "Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação". **Brazilian Business Review**, vol. 10, n. 1, 2013.

FÁVERO, L. P.; FAVERO, P. **Análise de dados**: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®. São Paulo: Editora Elsevier Brasil, 2016.

GAIO, C.; GONÇALVES, T.; PEREIRA, A. "Financial crisis and *impairment* recognition in non-financial assets". **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, vol. 23, 2021.

GASPAR, G. F.; OLIVEIRA, L. M.; PIMENTA, M. M. "An Analysis of *Impairment* Recognition in the COVID-19 Period: Big Four Versus Non-Big Four". **Pensar Contábil**, vol. 26, n. 91, 2025.

GIERUSZ, M. *et al*. "The Quality of Goodwill Disclosures and Impairment in the Financial Statements of Energy, Mining, and Fuel Sector Groups during the Pandemic Period—Evidence from Poland". **Energies**, vol. 15, n. 16, 2022.

GILLIS, A. *et al*. "What causes mining asset impairments?" **Resources Policy**, vol. 90, 2024.

GOULART, A. M. C. "O conceito de ativos na contabilidade: um fundamento a ser explorado". **Revista Contabilidade e Finanças**, n. 28, 2002.

HAIR JR., J. F. *et al*. **Multivariate Data Analysis**. London: Pearson Education Limited, 2013.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

IASB - International Accounting Standards Board. **Conceptual Framework for Financial Reporting, de março de 2018**. London: IASB. Disponível em: <www.ifrs.org>. Acesso em: 23/06/2025.

IASB - International Accounting Standards Board. **International Accounting Standards 36**: Impairment of Assets, de maio de 2013. London: IASB. Disponível em: <www.ifrs.org>. Acesso em: 23/06/2025.

IATRIDIS, G. E.; PAPPAS, K.; WALKER, M. "Narrative disclosure quality and the timeliness of goodwill impairments". **The British Accounting Review**, vol. 54, n. 2, p. 2022.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

KREIN, V.; MOURA, G. D.; DAL MAGRO, C. "Efeito da governança corporativa na relação do desempenho financeiro e do oportunismo gerencial com as perdas do goodwill". **Contabilidade Vista e Revista**, vol. 32, n. 3, 2021.

MORAES, A.; SILVA, I. D. A. "Determinants of audit fees in the basic material sector on the brazilian stock exchange: the role of asset size and corporate governance". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 21, n. 61, 2025.

RIEDL, E. J. "An examination of long-lived asset *impairment*s". **The Accounting Review**, vol. 79, n. 3, 2004.

SEETHARAMAN, A. *et al*. "Managing *impairment* of *goodwill*". **Journal of Intellectual Capital**, vol. 7, n. 3, 2006.

TEODORO, J. D.; SCHERER, L. M. "*Impairment* nas companhias aéreas internacionais durante a crise financeira mundial de 2008". **Revista da FAE**, vol. 16, n. 1, 2013.

VICHITSARAWONG, T.; ENG, L. L. "Corporate governance, financial indicators and asset impairments during the COVID-19 pandemic period". **Finance Research Letters**, vol. 58, 2023.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria**: uma abordagem moderna. São Paulo: Editora Pioneira, 2018.

XU, J. *et al*. "Can auditing facilitate the effective implementation of goodwill accounting? A perspective based on key audit matters". **International Review of Financial Analysis**, vol. 98, 2025.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 66 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima